

Termo de Referência 13/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2024	154054-FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL /MS	CAMILLA MINERVINI DA SILVA	19/04/2024 10:15 (v 3.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23104.037059/2023-95

1. Aquisição materiais de Gases Especiais

1. Definição do Objeto

1.1 EMBASAMENTO LEGAL:

O presente modelo de Termo de Referência se aplica aos procedimentos licitatórios regidos pelo regime de contratações públicas previsto na *Lei n.º 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto n.º 11.462/2023 e pela Instrução Normativa (IN) nº 73/2022*, que dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica.

As aquisições devem ser planejadas em todos os aspectos para que as demandas da Administração Pública sejam atendidas adequadamente e no tempo oportuno.

Observadas principalmente, no que couber e se aplicar: Lei nº 14.133/2021, Art. 2º, inciso II, Art. 5º, Art. 6º, Incisos X, XV, Art. 40, 41, 42, 43 e 44. At. 78, inciso IV, Artigos 82 a 85; Decreto nº 11.462 /2023; Decreto nº 8.538, de 2015; Decreto nº 7.746, de 2012; Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 2022; Instrução Normativa Seges/ME n. 65, de 2021; Instrução Normativa 98 de 26/12/2022, IN 05/2017; e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 5ª Edição.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Aquisição de gases especiais com fornecimento, em comodato, de cilindros e tanques para atendimento diversas unidades da UFMS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
UASG 154054 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul							
1	395.368	CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, TIPO GÁS ARGÔNIO, VOLUME 10 M3	Argônio comprimido pureza > 99,5%. fornecer em cilindros de 8,5 m3. - somente a carga do gás. cilindro em comodato	CIL 8.50 M3	2	R\$ 40,92	R\$ 81,84
		GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO					

2	370.022	INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE	REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 Descrição complementar: Gás acetileno para absorção atômica com pureza mínima de 99,8%	KG	90	R\$ 172,45	R\$ 15.520,50
3	391.508	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440	Gás argônio ultra puro, 99,999%	M3	450	R\$ 81,80	R\$ 36.810,00
4	366.184	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR MEDICINAL, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR DO AMBIENTE COMPRIMIDO, GRAU DE PUREZA TEOR DE OXIGÊNIO ENTRE 19,5% E 23,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL	Fornecimento / abastecimento - cilindros de 10 m3	M3	130	R\$ 167,62	R\$ 21.790,60
5	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para detector de ionização de chama pureza mínima 99,999%	M3	250	R\$ 110,54	R\$ 27.635,00
6	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para emissão de elétrons com pureza mínima de 99,999%)	M3	60	R\$ 110,54	R\$ 6.632,40
7	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Nitrogênio gasoso ultrapuro, 99,9999% de pureza mínima	M3	60	R\$ 110,54	R\$ 6.632,40
8	422.896	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO. SOMENTE A CARGA EM COMODATO. cilindro tipo ALS (15kg) HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES	KG	210	R\$ 50,00	R\$ 10.500,00

			PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR				
9	406.929	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO ₂ , MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-9	Gás CO ₂ , de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador	KG	1100	R\$ 58,19	R\$ 64.009,00
10	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio 99,999% de pureza mínima, para detector de ionização de chama	M3	47	R\$ 293,43	R\$ 13.791,21
11	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio analítico de pureza mínima 99,999%	M3	44	R\$ 293,43	R\$ 12.910,92
12	392.725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Helio liquido	M3	350	R\$ 471,67	R\$ 165.084,50
13	381.871	GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H ₂ , MASSA MOLECULAR 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 1333-74-0. Descrição complementar: Gás hidrogênio para detector de ionização de chama pureza mínima 99,995%	M3	46	R\$ 151,34	R\$ 6.961,64
14	396.883	GÁS COMPRIMIDO, NOME METANO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA CH ₄ , MASSA MOLECULAR 16,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,995%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA	CILINDRO TIPO T DE 10 M3 - SOMENTE A CARGA EM COMODATO.	M3	30	R\$ 451,40	R\$ 13.542,00
15	372.155	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V,	7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio - Fornecimento/ Abastecimento em	M3	243	R\$ 39,22	R\$ 9.530,46

		CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS	cilindros de 9m3				
16	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio 99,999% de pureza mínima	M3	380	R\$ 71,08	R\$ 27.010,40
17	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	Gás nitrogênio para detector de ionização de chama de pureza mínima 99,996%	M3	12	R\$ 71,08	R\$ 852,96
18	405.954	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO,		L	9000	R\$ 13,08	R\$ 117.720,00
19	376.255	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE	Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Nome: Nitrogênio Líquido Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V /V Característica Adicional: Uso Industrial Fórmula Química: N2 Número De Referência Química: Cas 7727-37-9	L	12416	R\$ 15,82	R\$ 196.421,12
20	376.062	GÁS COMPRIMIDO, NOME ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA N2O, MASSA MOLECULAR 38,63, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10024-97-2	Gás óxido nitroso para absorção atômica de pureza mínima 99,5%	KG	40	R\$ 77,60	R\$ 3.104,00
21	429.464	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA O2, MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-	Fornecimento / abastecimento em cilindros de 10m3	M3	550	R\$ 30,23	R\$ 16.626,50
		GÁS COMPRIMIDO, NOME					

22	369.771	OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-44-7	Gás oxigênio comercial Fornecimento / Abastecimento em cilindros de 10m ³	M3	140	R\$ 34,86	R\$ 4.880,40
23	461.651	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO-GLP, USO INDUSTRIAL	Observar: será entregue a quantidade múltipla de 45 kg.	KG	675	R\$ 10,58	R\$ 7.141,50
24	370.435	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO GASES MEDICINAIS, COMPOSIÇÃO 0,3% MONÓXIDO CARBONO, 0,3% METANO, 21% OXIGÊNIO, TIPO PADRÃO BALANCEADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 140,00 KgF/cm ² , volume de 6,7 m ³ @ 21 graus celsius e 1 ATM. Gases: Oxigênio 21% % mol/mol e Monóxido de Carbono a 0,3% %mol /mol e Metano 0,3% Mol/Mol e balanceado com nitrogênio	M3	70	R\$ 1.099,86	R\$ 76.990,20
25	283.865	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 90% E METANO- 10%, TIPO PADRÃO, APRESENTAÇÃO CILINDRO	cotar em metro cúbico. Fornecer em cilindro de 8,5 m ³	M3	34	R\$ 262,17	R\$ 8.913,78
26	301.503	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 93% E HIDROGÊNIO- 7%, APRESENTAÇÃO CILINDRO		M3	30	R\$ 213,65	R\$ 6.409,50
27	383.826	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO CARBONO 11,2% MOL/ MOL, APRESENTAÇÃO CILINDRO DE ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NITROGÊNIO BALANCEADO	MISTURA GASOSA BALANCEADA 450 PPM DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO ₂) em NITROGÊNIO. CILINDRO DE 4m ³ . HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.	CIL 4.00 M3	3	R\$ 4.673,03	R\$ 14.019,09
28	429.436	MISTURA GASOSA, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO DE CARBONO 5%, OXIGÊNIO 16%, NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 185,00 KgF/cm ² , volume de 8,9 m ³ @ 21 graus celsius e 1 ATM. Gases: Oxigênio 16% % mol/mol e Dióxido de Carbono a 5% %mol/mol balanceado com nitrogênio	M3	100	R\$ 356,57	R\$ 35.657,00
UASG 153280 - ESCOLA DE ENGENHARIA/UFGM							
29	395.368	CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, TIPO GÁS ARGÔNIO, VOLUME 10 M3	Argônio comprimido pureza > 99,5%. fornecer em cilindros de 8,5 m ³ . - somente a carga do gás. cilindro em comodato	CIL 8.50 M3	2	R\$ 40,92	R\$ 81,84
30	370.022	GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C ₂ H ₂ , MASSA MOLECULAR 26,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE	REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 Descrição complementar: Gás acetileno para absorção atômica com pureza mínima de 99,8%	KG	20	R\$ 172,45	R\$ 3.449,00
31	391.508	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA	Gás argônio ultra puro, 99,999%	M3	10	R\$ 81,80	R\$ 818,00

		TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440					
32	366.184	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR MEDICINAL, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR DO AMBIENTE COMPRIMIDO, GRAU DE PUREZA TEOR DE OXIGÊNIO ENTRE 19,5% E 23,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL	Fornecimento / abastecimento - cilindros de 10 m3	M3	10	R\$ 167,62	R\$ 1.676,20
33	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para detector de ionização de chama pureza mínima 99,999%	M3	20	R\$ 110,54	R\$ 2.210,80
34	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para emissão de elétrons com pureza mínima de 99,999%)	M3	15	R\$ 110,54	R\$ 1.658,10
35	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Nitrogênio gasoso ultrapuro, 99,9999% de pureza mínima	M3	25	R\$ 110,54	R\$ 2.763,50
36	422.896	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO. SOMENTE A CARGA EM COMODATO. cilindro tipo ALS (15kg) HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	KG	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
37	406.929	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38- 9	Gás CO2, de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador	KG	20	R\$ 58,19	R\$ 1.163,80

38	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio 99,999% de pureza mínima, para detector de ionização de chama	M3	40	R\$ 293,43	R\$ 11.737,20
39	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio analítico de pureza mínima 99,999%	M3	20	R\$ 293,43	R\$ 5.868,60
40	392.725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Helio liquido	M3	15	R\$ 471,67	R\$ 7.075,05
41	381.871	GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H2, MASSA MOLECULAR 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 1333-74-0. Descrição complementar: Gás hidrogênio para detector de ionização de chama pureza mínima 99,995%	M3	10	R\$ 151,34	R\$ 1.513,40
42	396.883	GÁS COMPRIMIDO, NOME METANO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA CH4, MASSA MOLECULAR 16,04 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,995%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA	CILINDRO TIPO T DE 10 M3 - SOMENTE A CARGA EM COMODATO.	M3	20	R\$ 451,40	R\$ 9.028,00
43	372.155	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS	7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio - Fornecimento/ Abastecimento em cilindros de 9m3	M3	15	R\$ 39,22	R\$ 588,30
44	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio 99,999% de pureza mínima	M3	30	R\$ 71,08	R\$ 2.132,40

45	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	Gás nitrogênio para detector de ionização de chama de pureza mínima 99,996%	M3	20	R\$ 71,08	R\$ 1.421,60
46	405.954	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO,		L	20	R\$ 13,08	R\$ 261,60
47	376.255	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE	Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Nome: Nitrogênio Líquido Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V Característica Adicional: Uso Industrial Fórmula Química: N ₂ Número De Referência Química: Cas 7727-37-9	L	20	R\$ 15,82	R\$ 316,40
48	376.062	GÁS COMPRIMIDO, NOME ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ O, MASSA MOLECULAR 38,63, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10024-97-2	Gás oxido nitroso para absorção atômica de pureza mínima 99,5%	KG	25	R\$ 77,60	R\$ 1.940,00
49	429.464	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-	Fornecimento / abastecimento em cilindros de 10m3	M3	20	R\$ 30,23	R\$ 604,60
50	369.771	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-44-7	Gás oxigênio comercial Fornecimento / Abastecimento em cilindros de 10m3	M3	20	R\$ 34,86	R\$ 697,20
51	461.651	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO-GLP, USO INDUSTRIAL	Observar: será entregue a quantidade múltipla de 45 kg.	KG	25	R\$ 10,58	R\$ 264,50
		MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO GASES MEDICINAIS, COMPOSIÇÃO 0,3% MONÓXIDO CARBONO, 0,3%	Cilindro tipo T, pressão de 140,00 KgF/cm ² , volume de 6,7 m ³ @ 21 graus celsius e 1 ATM. Gases:				

52	370.435	METANO, 21% OXIGÊNIO, TIPO PADRÃO BALANCEADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NITROGÊNIO	Oxigênio 21% % mol/mol e Monóxido de Carbono a 0,3% %mol /mol e Metano 0,3% Mol/Mol e balanceado com nitrogênio	M3	35	R\$ 1.099,86	R\$ 38.495,10
53	283.865	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 90% E METANO- 10%, TIPO PADRÃO, APRESENTAÇÃO CILINDRO	cotar em metro cúbico. Fornecer em cilindro de 8,5 m3	M3	30	R\$ 262,17	R\$ 7.865,10
54	301.503	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 93% E HIDROGÊNIO- 7%, APRESENTAÇÃO CILINDRO		M3	20	R\$ 213,65	R\$ 4.273,00
55	383.826	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO CARBONO 11,2% MOL/ MOL, APRESENTAÇÃO CILINDRO DE ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NITROGÊNIO BALANCEADO	MISTURA GASOSA BALANCEADA 450 PPM DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2) em NITROGÊNIO. CILINDRO DE 4m3. HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.	CIL 4.00 M3	2	R\$ 4.673,03	R\$ 9.346,06
56	429.436	MISTURA GASOSA, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO DE CARBONO 5%, OXIGÊNIO 16%, NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 185,00 KgF/cm2, volume de 8,9 m3 @ 21 graus cécius e 1 ATM. Gases: Oxigênio 16% % mol/mol e Dióxido de Carbono a 5% %mol/mol balanceado com nitrogênio	M3	20	R\$ 356,57	R\$ 7.131,40
Valor Total - UASG 154054 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul							R\$ 927.178,92
UASG 153280 - ESCOLA DE ENGENHARIA/UFGM							124.880,75
Valor Total							R\$ 1.052.059,67

2.2 ATENÇÃO: Considerando pregões de exercícios anteriores e a exemplo dos pregões realizados em 2020 e 2021, por problemas de empresas EPP/ME/EIRELI com fornecedores, impossibilitando a aquisição, solicitamos verificar a possibilidade da abertura de todos os itens para ampla concorrência.

Os incisos I e II do Artigo 10 do Decreto 8538/2015 preconiza:

"Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º (que trata de destinação exclusiva de licitação à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente."

2.3 ATENÇÃO: EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO CATMAT E O COMPLEMENTO, PREVALECE O COMPLEMENTO, DEVENDO SER APRESENTADA PROPOSTA CONFORME O COMPLEMENTO.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.5 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar N.º 14/2024, e inciso XIII do Artigo 6º da Lei 14.133/2021: *aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

2.6 Deverá ser observada atentamente a unidade de cotação e a unidade de fornecimento, quando discriminadas na descrição complementar.

2.7 O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho, que substituirá o contrato, na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso – Artigo 22 – Decreto 11462/2023;

2.9 O prazo de vigência da contratação **(que será representada pela nota de empenho – conforme inciso II do Artigo 95 da Lei 14.133)** é de 30 dias contados da data de recebimento da nota de empenho, para entrega de forma única (na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021 – Fornecimento não contínuo de bens) ou parcelada (enquadramento no inciso II do Art. 3º do Decreto 11462/2023).

2.10 Em caso de contrato decorrente da ata de registro de preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida na forma prevista nos Arts. 35 e 36 do Decreto 11462/2023.

2.11 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.12 A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.13 O contrato, **PODERÁ SER** substituído pela nota de empenho. Em caso de entregas parceladas ou aquisições com instalação, deverá ser enviado o anexo ao empenho. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação (entrega do objeto), discorrerá em cláusula específica deste Termo de Referência.

2.14 Em razão do catálogo eletrônico de padronização para compras (inciso II caput Artigo 19 da Lei 14.133/2023), que será utilizado conforme o Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 14.133/2023 ainda não estar vigente, **todas as especificações são retiradas do código do novo catálogo CATMAT**, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração. As descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, ocorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

2.15 Justificativa para o parcelamento ou não do objeto: conforme ETP DIGITAL n.º 14/2024 (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei n.º 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES n.º 58, de 8 de agosto de 2022). As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei n.º 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei n.º 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. **No caso desta licitação, será seguida a regra do parcelamento, com lances por item.**

2.16 Os documentos da UASG PARTICIPANTE estão disponíveis em

2.17 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 08 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital, a Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares nº 14/2024, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 Conforme o disposto no Inciso IV, Parágrafo 1º do Artigo 18, combinado com o inciso III do Artigo 40 da Lei 14.133/2021, as justificativas das quantidades a serem adquiridas foram enviadas pelas unidades requisitantes e estão disponíveis no processo, por meio dos Documentos De Formalização de Demanda SEI Nº 4704568. A consolidação das previsões internas elaboradas pelas unidades requisitantes da UFMS estão anexadas a este documento e no processo SEI 23104.037059/2023-95 sob número SEI 4685346.

4. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - Art.6

4.1 Fazendo referência ao ETP DIGITAL nº 14/2024:

4.1.1 A UFMS é uma Instituição pública federal de educação superior, de qualidade, gratuita, financiada pelos cidadãos brasileiros, inclusiva e socialmente referenciada, que atua mediante processos integrados de ensino, pesquisa, extensão, empreendedorismo e inovação; para gerar, difundir, socializar e aplicar conhecimentos que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do ser humano em um ambiente sustentável, e formar profissionais que atendam aos anseios da sociedade brasileira.

4.1.2 A UFMS possui, dentre as finalidades e objetivos definidos em seu estatuto, a função de geração, difusão e aplicação de conhecimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da sociedade, através das atividades de formação e qualificação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, caracterizando-se aí sua atividade fim. Dentre estas atividades, estão as aulas práticas e as pesquisas realizadas nos mais diversos laboratórios que atendem a Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação.

4.1.3 As unidades requisitantes informaram o enquadramento da demanda no PDI Institucional, conforme ETP DIGITAL nº 14/2024, documento SEI nº 4734110.

4.1.4 A referida demanda contempla as previsões para os setores da UFMS realizadas para o biênio 2024/2025 e estão no documento SEI 4704540. As especificações técnicas dos bens e a quantidade dos materiais solicitados foi calculada pelas unidades, com base no histórico de utilização dos mesmos, conforme consta dos documentos de formalização de demanda ELENCADOS NO ITEM 4.1.6 devidamente atestados pela Unidade Requisitante.

4.1.5 Segue abaixo as justificativas sobre a motivação da aquisição do objeto deste certame para cada unidade:

COAD/FAMED: Material a ser adquirido é necessário para a manutenção e continuidade de experimentos voltados para o ensino e a pesquisa nos laboratórios CeTroGen e Labdip, visto que visa a manutenção e continuidade nos experimentos voltados para o ensino e pesquisa da Faculdade de Medicina.

COAD/FAMEZ: Materiais levantados para atender a FAMEZ pelo período de um ano. Quantidades encaminhadas pelos Docentes, Técnicos de Laboratório para atender às rotinas básicas dos laboratórios em análises clínicas, projetos e aulas de graduação e pós graduação. São reposições referente a materiais usados constantemente.

COAD/FAODO: Os gases especiais previstos, gás acetileno e gás oxigênio, serão adquiridos para atender às rotinas básicas do Laboratório de Prótese Dental, tanto em projetos de extensão com nas aulas práticas para fundição de metais nobres. Atende ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) desta UFMS nos eixos "Oferta de oportunidades de participação em programas e projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e empreendedorismo;", "Desenvolvimento de ações inovadoras de ensino-aprendizagem (materiais didáticos digitais e metodologias ativas e criativas), com a prática do desenvolvimento crítico e científico na jornada acadêmica que potencializam a inserção do estudante no mundo do trabalho", "Fortalecer a orientação acadêmica voltada ao estágio e à prática profissional, contribuindo para a formação de estudantes críticos, reflexivos e futuros profissionais comprometidos com o desenvolvimento social em eixos geográficos diversos".

COAD/INBIO: A aquisição de gases especiais visa atender demandas dos laboratórios de Bioquímica, Imunologia, Parasitologia Humana e Microbiologia. O gás argônio será utilizado para produção de atmosfera anidra e inerte nas reações químicas que requerem esta condição; CO₂ gasoso é utilizado no crescimento de microorganismos fastidiosos e anaeróbicos, que necessitam do gás para crescerem em condições ideais de cultivo e são utilizados em aulas práticas de laboratório para graduação; CO₂ liquefeito será utilizado para manutenção de culturas de células da linhagem Vero, que são infectadas com Trypanosoma cruzi e também na manutenção de cultura de células que são infectadas com Leishmania spp., ambas utilizados em pesquisa científica; o nitrogênio líquido será utilizado para armazenagem de culturas em temperaturas extremamente baixas e também no congelamento instantâneo de amostras biológicas e químicas; o nitrogênio na sua forma gasosa será utilizado para secagem de amostras sintéticas e biológicas cuja armazenagem requer ausência de umidade.

CPCS: Conforme estabelecido no PDI 2020-2024 a necessidade de aquisição é justificada para: Elevar as publicações de artigos científicos em periódicos com Qualis A1, A2, A3 e A4; Aumentar a taxa de sucesso da graduação; Aumentar a taxa de sucesso da pós-graduação; Aumentar as ações de integração dos cursos de graduação e pós-graduação; Aumentar a eficiência da gestão de materiais.; Qualidade da formação acadêmica a ser oferecida e na quantidade de profissionais necessários para atender às demandas de crescimento sustentável para o país e Apoio às atividades de pesquisa, com recursos para manutenção de programas, projetos e grupos de pesquisa das Pós-graduação.

FAENG: As aquisições de gases especiais são para atender na melhoria das condições dos Laboratórios da FAENG e no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

GAB/PROPP: As aquisições são para atender a necessidade do Biotério Central, mais especificamente dos laboratórios de controle sanitário e REPROGEN e do setor de experimentação.

SECAD/INFI: As aquisições de gases especiais são para atender os 5 laboratórios que possuem demanda de gás para o funcionamento dos equipamentos neles instalados: Laboratório de Nanomateriais e Dispositivos Aplicados, Laboratório de Microscopia e Força Atômica (AFM), Laboratório Multiusuário de Análises de Materiais (Multilam), Laboratório de Tecnologias Avançadas em Energia e Sustentabilidade (LaTES) e Laboratório de Óptica e Fotônica. Os gases especiais são utilizados para as análises químicas, termogravimétricas e síntese de materiais.

Esses laboratórios desenvolvem pesquisas e atendem demandas de alunos de graduação, pós-graduação e

pesquisadores do INFI e de outras UAS (caso principal do Multilam).

Dessa forma, a demanda alinha-se aos princípios básicos do Plano de Desenvolvimento Institucional e Plano de Desenvolvimento da Unidade visando a aquisição de materiais de consumo rotineiros para as demandas de ensino, pesquisa e extensão.

SECAD/INQUI: A aquisição dos materiais solicitados deverá atender os Laboratórios Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo estes materiais utilizados nas atividades práticas pedagógicas fundamentais para formação acadêmica dos alunos, que são atendidos nas diversas disciplinas ofertadas no Instituto de Química da UFMS. Tendo como objetivo desenvolver e socializar o conhecimento na formação dos acadêmicos.

4.1.6 As Justificativas das quantidades a serem adquiridas foram enviadas pela unidade requisitante e estão disponíveis no Processo, por meio do documento nº 4790256.

4.1.7 A justificativa, em regra, deve ser apresentada pelo setor requisitante. Quando o objeto possuir características técnicas especializadas, deve o órgão requisitante solicitar à unidade técnica competente a definição das suas especificações, e, se for o caso, do quantitativo a ser adquirido.

4.1.6 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2023], conforme detalhamento a seguir, conforme Inciso II, Parágrafo 1º do Artigo 18 da Lei 14.133/2021. Informamos abaixo a localização conforme o PCA no PNCP:

1. ID PCA no PNCP: [15461510000133-0-000001/2023]
2. Data de publicação no PNCP: [19/05/2023]. Última atualização em 02/08/2023.
3. Id do item no PCA: [vários, conforme planilhas em anexo]
4. Classe/Grupo: [6830 e 6810]
5. Identificador da Futura Contratação: [90368/2022, 90272/2023, 90034/2022 e 90563/2023]
6. DFDS IDENTIFICADORAS DAS CONTRATAÇÕES NO PCA: Documento SEI nº 4704568.

COAD/FAMED: DFD 1198/2023 (SEI Nº 4562967)

COAD/FAMEZ: DFD 148/2023 (SEI Nº 4567248)

COAD/FAODO: DFD 287/2023 (SEI Nº 4569644)

COAD/INBIO: DFD 565/2023 (SEI Nº 4591548)

CPCS: DFD 65/2024 (SEI Nº 4677027)

FAENG: DFD nº 170/2023 (SEI nº 4567446)

GAB/PROPP: DFD nº 446/2023 (SEI nº 4567407)

SECAD/INFI: DFD nº 655/2023 (SEI nº 4577015)

SECAD/INQUI: DFD nº 110/2023 (SEI 4563148)

4.1.7 DFDS identificadoras das contratações enviadas pela unidade requisitante, estão disponíveis no Processo, por meio do documento SEI nº 4790256.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP nº 14/2024, apêndice deste Termo de Referência: "As etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, bem como a obtenção de matérias-primas e insumos

e o processo produtivo são inerentes aos fabricantes, pela própria natureza do produto (gases especiais com fornecimento, em comodato, de cilindros e tanques), seu consumo é aplicado em diversas atividades fins da UFMS, e a disposição final deverá estar conforme o Plano de Logística sustentável e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a seguir”.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 - SUSTENTABILIDADE

6.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis

6.1.2 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial -OBSERVAR O ENQUADRAMENTO DOS OBJETOS LICITADOS NO GUIA NACIONAL DE LICITAÇÕES **SUSTENTÁVEIS 6ª EDIÇÃO**.

Ex.: "**No que couber**, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 12/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, **instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.**"

6.1.3 “Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06/2013, **NO QUE COUBER**, solicitar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

6.1.4 Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis : ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora(art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

6.1.5 Citam-se exemplificativamente as seguintes categorias (Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013):

6.1.5.1 produtor, importador, exportador, comercializador e usuário técnico de quaisquer das substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal (Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - SDOs), bem como os centros de regeneração e de incineração; comerciante de: motosserras; combustíveis; derivados de petróleo; mercúrio metálico; produtos químicos e perigosos;

6.2 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

Não se aplica na presente contratação.

6.3 Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço:

Não se aplica na presente contratação.

6.4 Da exigência de amostra

6.4.1 *Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, quando e se for o caso poderá apresentar amostra do material, ou catálogos e folders com a composição detalhada do produto, que deverá ser entregue no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, contados da convocação, bem como:*

I) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

II) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;

III - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata (Inciso II, Artigo 18 Decreto 14.133/2023).

6.4.2 *A data, local e horário da apresentação da amostra será divulgada por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados. As amostras poderão ser entregues no endereço Diretoria de Gestão de Contratações – UFMS – Avenida Costa e Silva - prédio das Pró-Reitorias - UFMS, Campo Grande /MS - CEP 79090-900 no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h, de Segunda a Sexta-Feira, em Campo Grande/MS. No prazo limite de 07 (sete) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.*

6.4.3 *É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.*

6.4.4 *A amostra deverá estar devidamente embalada e identificada com o número do pregão, o número do item, o CNPJ e o nome ou a razão social da licitante, podendo a proponente ser desclassificada, caso não esteja sua amostra de acordo com o proposto nesse subitem.*

6.4.5 *No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.*

6.4.6 *Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: (a cargo da exigência da unidade técnica requisitante)*

6.4.7 *Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.*

6.4.8 *Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.*

6.4.9 *Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.*

6.4.10 *Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 20 (vinte) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.*

6.4.11 *Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.*

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

8.1 Não haverá exigência da garantia da execução da contratação do objeto, nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e abaixo descrita:

8.1.1 Aquisição de bens de pronta entrega conforme código de defesa do consumidor.

Artigo 96 da Lei 14.133/2021:

"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 Condições de Entrega

9.1 Os itens a seguir especificados na tabela deverão ser entregues na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
UASG 154054 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul							
1	395.368	CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, TIPO GÁS ARGÔNIO, VOLUME 10 M3	Argônio comprimido pureza > 99,5%. fornecer em cilindros de 8,5 m3. - somente a carga do gás. cilindro em comodato	CIL 8.50 M3	2	R\$ 40,92	R\$ 81,84
2	370.022	GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G /MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE	REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 Descrição complementar: Gás acetileno para absorção atômica com pureza mínima de 99,8%	KG	90	R\$ 172,45	R\$ 15.520,50
3	391.508	GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440	Gás argônio ultra puro, 99,999%	M3	450	R\$ 81,80	R\$ 36.810,00
4	366.184	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR MEDICINAL, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR DO AMBIENTE COMPRIMIDO, GRAU DE PUREZA	Fornecimento / abastecimento - cilindros de 10 m3	M3	130	R\$ 167,62	R\$ 21.790,60

		TEOR DE OXIGÊNIO ENTRE 19,5% E 23,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL					
5	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para detector de ionização de chama pureza mínima 99,999%	M3	250	R\$ 110,54	R\$ 27.635,00
6	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para emissão de elétrons com pureza mínima de 99,999%)	M3	60	R\$ 110,54	R\$ 6.632,40
7	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Nitrogênio gasoso ultrapuro, 99,9999% de pureza mínima	M3	60	R\$ 110,54	R\$ 6.632,40
8	422.896	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO ₂ , MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO ₂ , MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO. SOMENTE A CARGA EM COMODATO. cilindro tipo ALS (15kg) HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	KG	210	R\$ 50,00	R\$ 10.500,00
9	406.929	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO ₂ , MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-9	Gás CO ₂ , de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador	KG	1100	R\$ 58,19	R\$ 64.009,00
10	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio 99,999% de pureza mínima, para detector de ionização de chama	M3	47	R\$ 293,43	R\$ 13.791,21
		GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR,					

11	366.186	INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio analítico de pureza mínima 99,999%	M3	44	R\$ 293,43	R\$ 12.910,92
12	392.725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Helio liquido	M3	350	R\$ 471,67	R\$ 165.084,50
13	381.871	GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H2, MASSA MOLECULAR 2,01 G /MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 1333-74-0. Descrição complementar: Gás hidrogênio para detector de ionização de chama pureza mínima 99,995%	M3	46	R\$ 151,34	R\$ 6.961,64
14	396.883	GÁS COMPRIMIDO, NOME METANO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA CH4, MASSA MOLECULAR 16,04 G /MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,995%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA	CILINDRO TIPO T DE 10 M3 - SOMENTE A CARGA EM COMODATO.	M3	30	R\$ 451,40	R\$ 13.542,00
15	372.155	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS	7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio - Fornecimento/ Abastecimento em cilindros de 9m3	M3	243	R\$ 39,22	R\$ 9.530,46
16	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio 99,999% de pureza mínima	M3	380	R\$ 71,08	R\$ 27.010,40
17	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	Gás nitrogênio para detector de ionização de chama de pureza mínima 99,996%	M3	12	R\$ 71,08	R\$ 852,96

18	405.954	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO,		L	9000	R\$ 13,08	R\$ 117.720,00
19	376.255	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ , MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE	Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Nome: Nitrogênio Líquido Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V Característica Adicional: Uso Industrial Fórmula Química: N ₂ Número De Referência Química: Cas 7727-37-9	L	12416	R\$ 15,82	R\$ 196.421,12
20	376.062	GÁS COMPRIMIDO, NOME ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA N ₂ O, MASSA MOLECULAR 38,63, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10024-97-2	Gás oxido nitroso para absorção atômica de pureza mínima 99,5%	KG	40	R\$ 77,60	R\$ 3.104,00
21	429.464	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-	Fornecimento / abastecimento em cilindros de 10m3	M3	550	R\$ 30,23	R\$ 16.626,50
22	369.771	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O ₂ , MASSA MOLECULAR 31,99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-44-7	Gás oxigênio comercial Fornecimento / Abastecimento em cilindros de 10m3	M3	140	R\$ 34,86	R\$ 4.880,40
23	461.651	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO-GLP, USO INDUSTRIAL	Observar: será entregue a quantidade múltipla de 45 kg.	KG	675	R\$ 10,58	R\$ 7.141,50
24	370.435	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO GASES MEDICINAIS, COMPOSIÇÃO 0,3% MONÓXIDO CARBONO, 0,3% METANO, 21% OXIGÊNIO, TIPO PADRÃO BALANCEADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 140,00 KgF /cm ² , volume de 6,7 m ³ @ 21 graus celsius e 1 ATM. Gases: Oxigênio 21% % mol/mol e Monóxido de Carbono a 0,3% %mol/mol e Metano 0,3% Mol/Mol e balanceado com nitrogênio	M3	70	R\$ 1.099,86	R\$ 76.990,20
25	283.865	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 90% E METANO- 10%, TIPO PADRÃO, APRESENTAÇÃO CILINDRO	cotar em metro cúbico. Fornecer em cilindro de 8,5 m3	M3	34	R\$ 262,17	R\$ 8.913,78
26	301.503	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 93% E HIDROGÊNIO-		M3	30	R\$ 213,65	R\$ 6.409,50

		7%, APRESENTAÇÃO CILINDRO					
27	383.826	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO CARBONO 11,2% MOL/ MOL, APRESENTAÇÃO CILINDRO DE ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NITROGÊNIO BALANCEADO	MISTURA GASOSA BALANCEADA 450 PPM DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2) em NITROGÊNIO. CILINDRO DE 4m3. HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.	CIL 4,00 M3	3	R\$ 4.673,03	R\$ 14.019,09
28	429.436	MISTURA GASOSA, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO DE CARBONO 5%, OXIGÊNIO 16%, NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 185,00 KgF /cm2, volume de 8,9 m3 @ 21 graus celsius e 1 ATM. Gases: Oxigênio 16% % mol/mol e Dióxido de Carbono a 5% % mol/mol balanceado com nitrogênio	M3	100	R\$ 356,57	R\$ 35.657,00
Valor Total - UASG 154054 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul							R\$ 927.178,92

9.2 Condições para entrega UFMS

9.2.1 O prazo máximo de entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, em remessa (única) contados do recebimento da Confirmação de Compra e respectiva Nota de Empenho assinada pela UFMS, **tudo dentro do prazo de validade da ata de registro de preços. (Artigo 34 – Decreto 11462/2023).**

Parágrafo único. Os instrumentos de que trata o **caput** serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.2.2 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul -SECRETARIA DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO - SEPAT/DISERV/PROADI – Av. Senador Filinto Miller, 1555 - CEP 79074-460 - Vila Ipiranga – UFMS Fone: 067 3345-3508 / 3518.

9.2.3 **Horário:** das 13h15min às 16h40min, em dia útil.

9.2.4 **Agendamento:** A entrega deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 24h.

9.2.5 A entrega só será considera agendada, após confirmação da SEPAT/DISERV

9.2.6 O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

9.3 No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% do prazo total recomendado pelo fabricante.

9.4 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer tipo de dano;

9.5 TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

9.6. A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

9.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15(quinze) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato / nota de empenho, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.8.Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta,

devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

9.9. Recolhimento de material enviado em desconformidade: Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

9.10. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

9.11. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

9.12. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.13. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

9.15. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato/empenho;

9.16. Recesso de Fim de Ano: Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

9.17. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

9.18 Os itens a seguir especificados na tabela deverão ser entregues **na UASG 153280 - ESCOLA DE ENGENHARIA/UFMG**.

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
UASG 153280 - ESCOLA DE ENGENHARIA/UFMG							
29	395.368	CILINDRO GÁS, MATERIAL AÇO, TIPO GÁS ARGÔNIO, VOLUME 10 M3	Argônio comprimido pureza > 99,5%. fornecer em cilindros de 8,5 m3. - somente a carga do gás. cilindro em comodato	CIL 8.50 M3	2	R\$ 40,92	R\$ 81,84
30	370.022	GÁS COMPRIMIDO, NOME ACETILENO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, ODOR DE ALHO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA C2H2, MASSA MOLECULAR 26,04 G /MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE	REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 74-86-2 Descrição complementar: Gás acetileno para absorção atômica com pureza mínima de 99,8%	KG	20	R\$ 172,45	R\$ 3.449,00
		GÁS COMPRIMIDO, NOME ARGÔNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR, MASSA MOLECULAR 39,94 G/MOL, GRAU DE					

31	391.508	PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440	Gás argônio ultra puro, 99,999%	M3	10	R\$ 81,80	R\$ 818,00
32	366.184	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR MEDICINAL, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA AR DO AMBIENTE COMPRIMIDO, GRAU DE PUREZA TEOR DE OXIGÊNIO ENTRE 19,5% E 23,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL	Fornecimento / abastecimento - cilindros de 10 m3	M3	10	R\$ 167,62	R\$ 1.676,20
33	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para detector de ionização de chama pureza mínima 99,999%	M3	20	R\$ 110,54	R\$ 2.210,80
34	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Ar sintético para emissão de elétrons com pureza mínima de 99,999%)	M3	15	R\$ 110,54	R\$ 1.658,10
35	377.322	GÁS COMPRIMIDO, NOME AR SINTÉTICO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA MISTURA DE OXIGÊNIO E NITROGÊNIO, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO	Nitrogênio gasoso ultrapuro, 99,9999% de pureza mínima	M3	25	R\$ 110,54	R\$ 2.763,50
36	422.896	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO. SOMENTE A CARGA EM COMODATO. cilindro tipo ALS (15kg) HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	KG	10	R\$ 50,00	R\$ 500,00
37	406.929	GÁS COMPRIMIDO, NOME DIÓXIDO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LIQUEFEITO, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA CO2, MASSA MOLECULAR 44,0, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,99%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 124-38-9	Gás CO2, de pureza 99,995% de pureza mínima - tubo pescador	KG	20	R\$ 58,19	R\$ 1.163,80
		GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA					

38	366.186	HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio 99,999% de pureza mínima, para detector de ionização de chama	M3	40	R\$ 293,43	R\$ 11.737,20
39	366.186	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Gás Helio analítico de pureza mínima 99,999%	M3	20	R\$ 293,43	R\$ 5.868,60
40	392.725	GÁS COMPRIMIDO, NOME HÉLIO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, FÓRMULA QUÍMICA HE, MASSA MOLECULAR 4,00, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7440-59-7	Helio liquido	M3	15	R\$ 471,67	R\$ 7.075,05
41	381.871	GÁS COMPRIMIDO, NOME HIDROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA H2, MASSA MOLECULAR 2,01 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 1333-74-0. Descrição complementar: Gás hidrogênio para detector de ionização de chama pureza mínima 99,995%	M3	10	R\$ 151,34	R\$ 1.513,40
42	396.883	GÁS COMPRIMIDO, NOME METANO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, INFLAMÁVEL, FÓRMULA QUÍMICA CH4, MASSA MOLECULAR 16,04 G /MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,995%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA	CILINDRO TIPO T DE 10 M3 - SOMENTE A CARGA EM COMODATO.	M3	20	R\$ 451,40	R\$ 9.028,00
43	372.155	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS	7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio - Fornecimento/ Abastecimento em cilindros de 9m3	M3	15	R\$ 39,22	R\$ 588,30
44	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	CAS 7727-37-9. Descrição complementar: Gás nitrogênio 99,999% de pureza mínima	M3	30	R\$ 71,08	R\$ 2.132,40
45	366.180	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INERTE, INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA	Gás nitrogênio para detector de ionização de chama de pureza mínima 99,996%	M3	20	R\$ 71,08	R\$ 1.421,60

46	405.954	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96 G/MOL, GRAU DE PUREZA TEOR MÍNIMO DE 99,999%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL GRAU ANALÍTICO,		L	20	R\$ 13,08	R\$ 261,60
47	376.255	GÁS COMPRIMIDO, NOME NITROGÊNIO LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, ALTAMENTE REFRIGERADO, FÓRMULA QUÍMICA N2, MASSA MOLECULAR 28,96, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99,5% V/V, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE	Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado Nome: Nitrogênio Líquido Massa Molecular: 28,96 G/MOL Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V Característica Adicional: Uso Industrial Fórmula Química: N2 Número De Referência Química: Cas 7727-37-9	L	20	R\$ 15,82	R\$ 316,40
48	376.062	GÁS COMPRIMIDO, NOME ÓXIDO NITROSO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA N2O, MASSA MOLECULAR 38,63, GRAU DE PUREZA TEOR MÍN. 99% V/V, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 10024-97-2	Gás oxido nitroso para absorção atômica de pureza mínima 99,5%	KG	25	R\$ 77,60	R\$ 1.940,00
49	429.464	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO GÁS INCOLOR, FÓRMULA QUÍMICA O2, MASSA MOLECULAR 31,99 G/MOL, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO MEDICINAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-	Fornecimento / abastecimento em cilindros de 10m3	M3	20	R\$ 30,23	R\$ 604,60
50	369.771	GÁS COMPRIMIDO, NOME OXIGÊNIO, ASPECTO FÍSICO INCOLOR, INODORO, FÓRMULA QUÍMICA O2, MASSA MOLECULAR 31,99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL USO INDUSTRIAL, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-44-7	Gás oxigênio comercial Fornecimento / Abastecimento em cilindros de 10m3	M3	20	R\$ 34,86	R\$ 697,20
51	461.651	GÁS REFINO DE PETRÓLEO, TIPO GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO- GLP, USO INDUSTRIAL	Observar: será entregue a quantidade múltipla de 45 kg.	KG	25	R\$ 10,58	R\$ 264,50
52	370.435	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO GASES MEDICINAIS, COMPOSIÇÃO 0,3% MONÓXIDO CARBONO, 0,3% METANO, 21% OXIGÊNIO, TIPO PADRÃO BALANCEADA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 140,00 KgF /cm2, volume de 6,7 m3 @ 21 graus celsius e 1 ATM. Gases: Oxigênio 21% % mol/mol e Monóxido de Carbono a 0,3% %mol/mol e Metano 0,3% Mol/Mol e balanceado com nitrogênio	M3	35	R\$ 1.099,86	R\$ 38.495,10
53	283.865	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 90% E METANO- 10%, TIPO PADRÃO, APRESENTAÇÃO CILINDRO	cotar em metro cúbico. Fornecer em cilindro de 8,5 m3	M3	30	R\$ 262,17	R\$ 7.865,10
54	301.503	MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO ARGÔNIO- 93% E HIDROGÊNIO- 7%, APRESENTAÇÃO CILINDRO		M3	20	R\$ 213,65	R\$ 4.273,00
		MISTURA GASOSA, APLICAÇÃO LABORATORIAL, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO CARBONO 11,2% MOL/ MOL,	MISTURA GASOSA BALANCEADA 450 PPM DE DIÓXIDO DE CARBONO (CO2) em NITROGÊNIO.				

55	383.826	APRESENTAÇÃO CILINDRO DE ALUMÍNIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS NITROGÊNIO BALANCEADO	CILINDRO DE 4m3. HAVENDO DIFERENÇAS ENTRE AS DESCRIÇÕES PRINCIPAL E COMPLEMENTAR VALERÁ A DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR.	CIL 4.00 M3	2	R\$ 4.673,03	R\$ 9.346,06
56	429.436	MISTURA GASOSA, COMPOSIÇÃO DIÓXIDO DE CARBONO 5%, OXIGÊNIO 16%, NITROGÊNIO	Cilindro tipo T, pressão de 185,00 KgF /cm2, volume de 8,9 m3 @ 21 graus célcus e 1 ATM. Gases: Oxigênio 16% % mol/mol e Dióxido de Carbono a 5% % mol/mol balanceado com nitrogênio	M3	20	R\$ 356,57	R\$ 7.131,40
UASG 153280 - ESCOLA DE ENGENHARIA/UFGM							124.880,75

9.19 Condições para entrega UASG 153280 - ESCOLA DE ENGENHARIA/UFGM:

9.19.1. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Presidente Antônio Carlos nº 6.627 - Sala 1516/1517 - S. Almoxarifado - Campus - Pampulha - Belo Horizonte - Minas Gerais - CEP nº 31.270-901. Telefone (31) 3409-1711 - Contatos: Marcelo Moraes Gomes e/ou Wellington Alves de Castro - e-mail: salmox@adm.eng.ufmg.br -

9.19.2 Horário: 8h às 12h e das 13h às 16h.

10. GARANTIA, MANUT E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 O prazo de garantia para materiais de consumo é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.2 Em caso de material permanente:

10.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

10.2.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

10.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

10.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

10.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1 Para entregas imediatas e integrais dos bens adquiridos, o contrato será substituído por nota de empenho (Inciso II - Artigo 95 - Lei 14.133/2021)

11.2 Poderá ser utilizado o anexo à nota de empenho. Este documento também poderá complementar informações da nota de empenho e está anexo ao Edital.

11.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.6 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.7 Quando e ser for o caso, após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente ; o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

11.9 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

11.10 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

11.11 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

11.12 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

11.13 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

11.14 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

11.15 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

11.16 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

11.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

11.18 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.19 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.20 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.21 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.22 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

11.23 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

11.24 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1 Recebimento do objeto

12.1.1 Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

12.1.2 Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

12.1.3 A licitação é por itens e as Unidades requisitantes estão relacionadas nos sub itens 4.1.5 e 4.1.6.

12.1.4 TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

12.1.5 A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

12.1.6 Os bens serão recebidos provisoriamente, **de forma sumária**, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

12.1.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

12.1.8 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

12.1.9 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#) **(para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.**

12.1.10 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

12.1.11 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

12.1.12 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

12.1.13 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

12.2 Recolhimento de material enviado em desconformidade

12.2.1 Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

12.2.2 Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

12.2.3 Recesso de Fim de Ano: Não haverá recebimento de material, na SEPAT/DISERV, nas semanas de Natal e Ano Novo.

12.2.4 No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

13. LIQUIDAÇÃO

13.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

13.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.3.1 o prazo de validade;

13.3.2 a data da emissão;

13.3.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

13.3.4 o período respectivo de execução do contrato;

13.3.5 o valor a pagar; e

13.3.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

13.7 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.8 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.9 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.10 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14. PRAZO DE PAGAMENTO

14.1 O pagamento será efetuado no prazo de **até 10 (DEZ) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

14.2 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação **do índice de correção monetária a seguir explicitado: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:**

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I = (6/100) /365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
-----------------	-----------------------------	--

14.3 Forma de pagamento

14.3.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

14.3.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.1.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

14.1.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

15. CESSÃO DE CREDITO (EM CASO DE CONTRATO)

15.1 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico. **(EM CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)**

15.2 As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

15.3 A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

15.4 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra

impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

15.5 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

15.6 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

16. FORMA, CRITÉRIOS SELEÇÃO DO FORNECEDOR

16.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por itens.

16.2 Exigências de habilitação:

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

16.2.1 Habilitação jurídica - CONFORME A PESSOA JURÍDICA / FÍSICA - NO QUE SE APLICAR

16.2.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.2.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.2.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

16.2.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

16.2.1.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971 e os seguintes documentos:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - a) ata de fundação;
 - b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - g) última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16.2.2 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade

Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.3.6 Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.3.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.4 Qualificação Econômico-Financeira

16.4.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

16.4.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

16.4.2.1 Caso não conste na certidão negativa de falência a data ou prazo de validade, somente serão aceitas certidões expedidas há menos de 01 (um) ano anterior à data de apresentação.

16.4.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

16.4.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **[patrimônio líquido mínimo] de 5% [cinco por cento] do [valor total estimado da contratação].**

16.4.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

16.4.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

16.4.7 No caso de fornecimento de materiais de entrega imediata, dos quais não resultem obrigações futuras, não será exigido dos licitantes a comprovação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e nem a apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais.

NOTA EXPLICATIVA UFMS: A inclusão do item 16.4.7 se baseia no inciso III do art. 70º da Lei 14.133/2021, que traz a seguinte redação: "Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)".

Conforme o inciso X do art. 6º da referida Lei, define-se compra como a "aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento".

Desta forma, considerando o histórico de pregões realizados pela UFMS para fornecimento de materiais, com ampla diversidade de itens e de fornecedores, sendo que na maior parte de tais itens a participação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, optou-se por dispensar a apresentação de índices econômicos e balanços para este tipo de aquisição, também considerando o que consta no art. 3º do Decreto nº 8.535 de 6 de outubro de 2015, a saber:

"Art. 3º Na habilitação em licitações para o fornecimento de bens para pronta entrega ou para a locação de materiais, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social".

16.5 Qualificação técnica

16.5.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

~~16.5.2 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;~~

16.5.3 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso.**

~~16.5.4 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:~~

~~16.5.5 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.~~

Nota Explicativa UFMS: Sobre a qualificação técnica, quando se tratar de pregão para aquisição de materiais de entrega imediata, sugerimos a taxação dos itens 16.5.2, 16.5.4 e 16.5.5. Considerando a diversidade de itens que são adquiridos via Sistema de Registro de Preços, com inúmeros quantitativos diferentes, entendemos que o atestado de fornecimento de objeto similar ou superior, sem a exigência de quantitativos mínimos, já supre a necessidade de verificar a capacidade operacional da empresa.

Cabe destacar que tal entendimento não deve ser aplicado quando a aquisição envolva produtos instalados ou de maior complexidade de fornecimento, cabendo analisar, nesses casos, a complexidade e a adequação da exigência de acordo com o objeto e com os requisitos apresentados no Estudo Técnico Preliminar da contratação.

A não exigência de quantitativos mínimos para qualificação técnica no fornecimento de materiais de entrega imediata é justificada na leitura do art. 70, inciso III, da Lei 14.133/2021:

"Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser: ...

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais)".

16.5.6 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1. 16.5.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

16.5.7 Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais na categoria enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, **SEI 4419596 (SUB ITENS 5.1, 5.2 E 5.4)**: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e legislação correlata.

16.5.8 Caso o licitante seja dispensado de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

17. SANÇÕES

Comete infração administrativa nos termos dos artigos 155 a 163 da Lei 14.133/2021, e do manual de sanções da UFMS – Resolução 446/2023 – CD - UFMS, a contratada que, na fase de execução contratual:

17.1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.3 - dar causa à inexecução total do contrato;

17.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

17.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

17.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.12 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.13 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021, conforme Artigo 156, seguintes sanções:

I – Advertência: será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no item **17.1**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II – Multa: Será calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações relacionadas nos itens: 17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6, 17.7, 17.8, 17.9, 17.10, 17.11, 17.12 e por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021;

III - Impedimento de licitar e contratar **pelo prazo máximo de três anos**: : será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**: Esta sanção será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.8, 17.9, 17.10, 17.11 e 17.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6 e 17.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no inciso III (impedimento de licitar e contratar), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.14 Conforme o § 1º do artigo 156 da Lei 14.133/2021, na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.15 A sanção estabelecida no inciso IV do item 17.13 (DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR) será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de **competência exclusiva da autoridade máxima da entidade**;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

17.16 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do sub item 17.13 poderão ser aplicadas cumulativamente com sanção a prevista no inciso II deste mesmo sub item.

17.17 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.18 A aplicação das sanções previstas no item 17.13 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.19 Conforme o Art. 157 da Lei 14.133/2021, na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 17.3, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.20 Conforme o Art. 158 da Lei 14.133/2021, a aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 17.13 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.20.1 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

17.20.2 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

17.21 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

17.22 Conforme o Artigo 159 da Lei 14133/2021, os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

17.23 Conforme o Art. 160 da Lei 14.133/2021, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

17.24 Conforme o Art. 161 da Lei 14.133/2021, os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

17.24.1 Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do **item 17.13 deste Termo de Referência**, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

17.25 De acordo com o Art. 162 da Lei 14.133/2021, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.25.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

17.26 Conforme o Artigo 163 da Lei 14.133/2021, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

17.26.1 A sanção pelas infrações previstas nos incisos 17.8 e 17.12 deste Termo de Referência, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

17.26.2 (MANUAL DE SANÇÕES UFMS) Fica admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade atendendo cumulativamente aos seguintes critérios: reparação integral do dano causado à Administração Pública; pagamento da multa;

transcurso do prazo mínimo de um ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade; cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos.

18. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 - O custo estimado da contratação é de **R\$ 1.052.059,67 (um milhão, cinquenta e dois mil cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos)**, sendo R\$ **R\$ 927.178,92 (novecentos e vinte e sete mil cento e setenta e oito reais e noventa e dois centavos)** da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e **R\$ 12 4.880,75 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos)** da Escola de Engenharia da UFMG.

18.2 A metodologia que descreve a composição de custos, através de pesquisa de preços está relatada no documento **SEI 4736717**.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1 A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil - neste caso, a nota de empenho. (Artigo 17 – Decreto 11462/2023).

20. REAJUSTE DE PREÇOS

DO REAJUSTE (Artigo 92, VI)

20.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 05.03.2024.

20.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado[A1], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (*Índice Nacional de Preços ao consumidor amplo*), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

20.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

20.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

20.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. OBRIGAÇÃO DO CONTRATANTE E CONTRATADO

21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1 São obrigações do Contratante (Art. 92, X, XI e XIV):

21.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

21.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

21.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

21.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

21.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

21.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

21.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

21.1.9 A Administração terá o prazo de 30 DIAS, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Artigo 123 da Lei 14.133/2021

21.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 DIAS. Artigo 123 da Lei 14.133/2021

21.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

21.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21.2 São obrigações do Contratado

21.2.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

21.2.2 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

21.2.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

21.2.4 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

21.2.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

21.2.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

21.2.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

21.2.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

21.2.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

21.2.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

21.2.11 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

21.2.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

21.2.13 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

21.2.14 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

21.2.15 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

21.2.16 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

21.2.17 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

21.2.18 *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do contrato;*

21.2.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A5]

Este termo foi elaborado conforme a Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria - Geral da União. Atualização: dezembro de 2022 - Termo de Referência Aquisições - Licitação - Modelo para Pregão Eletrônico - Aprovado pela Secretaria de Gestão. Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022).

22. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

22 Não haverá a necessidade de classificar o TR nos termos da Lei n. 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação), conforme previsão do artigo 10 da Instrução Normativa nº 81, de 2022, pois se trata de aquisição de bens comuns, não sigilosos.

23. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: SERPRE/DICONT/PROADI

CAMILLA MINERVINI DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/04/2024 às 17:43:34.

Despacho: FAMEZ

RICARDO DE PADUA LEITE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/04/2024 às 08:15:23.

Despacho: INFI

DOUGLAS DOS SANTOS COSTA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/04/2024 às 15:12:06.

Despacho: COAD/INBIO

FERNANDA TIMOTEO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 08:36:49.

Despacho: CPCS

ROSILENE ESTEVAO

Equipe de apoio

Despacho: COAD/FAMED

JOSE AGOSTINHO DA SILVA FILHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 14:25:52.

Despacho: Coad/Faodo

DANIEL VIEGAS DA SILVA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 17:35:43.

Despacho: SECAD/INQUI

ADEMAR ALVES FERREIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 14/04/2024 às 19:13:26.

Despacho: Biotério/PROPP

MARIA PAULA FERREIRA FIALHO FRAZILIO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 11:14:37.

Despacho: COAD/FACFAN

DEBORA LOPES MICHELAN COSTA

Equipe de apoio

Despacho: COAD/FACFAN

ELAINE RODRIGUES DO PRADO IUEDESNEIDER

Equipe de apoio

Despacho: FAENG

EVERTON SHINZATO HOKAMA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 09:05:23.

Despacho: SERPRE/DICONT/PROADI

SILVIA REGINA NASCIMENTO RIBEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 16/04/2024 às 09:02:51.

Despacho: DICONT/PROADI

MARCIO DE AQUINO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 15/04/2024 às 09:32:55.